





PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 4.124/2022

(MENSAGEM Nº 046) DO GOVERNADOR DO ESTADO -Altera a Lei nº 11.692, de 13 de maio de 2020, que institui o incentivo ao esporte do Estado da Paraíba, denominado "Incentiva Esporte", por meio dos Programas "Paraíba Esporte Total" e "Bolsa Esporte", e dá outras providências.

Exara-se parecer pela CONSTITUCIONALIDADE e JURIDICIDADE.

- Competência privativa do Chefe do Poder Executivo para dar início as leis que digam respeito a alteração de políticas públicas que empenham órgãos, servidores e recursos do Estado.

AUTOR: GOVERNADOR DO ESTADO

RELATOR(A): Dep. RICARDO BARBOSA

PARECER--N° 554/2022

I – RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para exame e parecer o Projeto de Lei Ordinária nº 4.124/2022, de autoria do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o qual "Altera a Lei nº 11.692, de 13 de maio de 2020, que institui o incentivo ao esporte do Estado da Paraíba, denominado 'Incentiva Esporte', por meio dos Programas 'Paraíba Esporte Total' e 'Bolsa Esporte', e dá outras providências".

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"

II - VOTO DO RELATOR

Através da proposição em análise, o Poder Executivo altera e revoga diversos dispositivos da Lei nº 11.692/2020, que criou o Programa Incentiva Esporte, com o objetivo de dar continuidade ao projeto no ano de 2023 e subsequentes, utilizando-se de mecanismos ainda mais eficientes tanto quanto aos processos de concessão quanto aos de controle dos recursos efetivados.

Dando início a sua tramitação, registre-se que cabe à *Comissão de Constituição*, *Justiça* e *Redação* examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à *constitucionalidade*, *juridicidade*, *legalidade*, *regimentalidade*, *técnica legislativa* e *redação*, nos termos do **art. 31, l, do Regimento Interno** desta Casa Legislativa.

Com relação aos aspectos **constitucionais**, observamos que é competência do Governador iniciar o processo Legislativo sobre o tópico ora discutido, bem como deve ser, de fato, analisado em sede estadual.

A instituição de <u>políticas</u>, <u>programas e de serviços públicos</u> e suas posteriores alterações, demanda, para <u>sua organização e execução</u>, ações concretas que empenham órgãos, servidores e <u>recursos do estado</u>, constituindo-se, portanto, em <u>atividade de natureza administrativa</u>, inclusive por abranger aspectos de ordem técnica e operacional, em consonância com critérios próprios de planejamento, observada a disponibilidade <u>financeira e orçamentária</u>, estando a proposta inserida, portanto, dentro do eixo temático das matérias de <u>iniciativa legislativa privativa do Governador</u>.

Ante o exposto, a presente propositura não contraria qualquer dispositivo constitucional e a iniciativa pelo Chefe do Poder Executivo Estadual encontra alicerce no art. 63, § 1°, II, "b" e "e", da Constituição Estadual.







"Art. 63 [...]

§1º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

[...]

II – disponham sobre:

[...]

- b) organização administrativa, matéria orçamentária em serviços públicos;
- e) criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública."

Nestas condições, opino pela CONSTITUCIONALIDADE e JURIDICIDADE do Projeto de Lei Ordinária nº 4.124/2022.

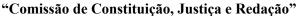
É como voto.

Reunião remota, em 13 de dezembro de 2022.

DEP. RICARDO BARBOSA Relator(a)



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA





III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação opina, por unanimidade dos membros presentes, pela CONSTITUCIONALIDADE e JURIDICIDADE do Projeto de Lei Ordinária nº 4.124/2022, nos termos do voto do Senhor Relator.

É o parecer.

Reunião remota, em 13 de dezembro de 2022.

PRESIDENTE

DEP. ANDERSON MONTEIRO

Membro

DEP. HERVÁZIO BEZERRA

Membro

DEP. EDMILSON SOARES

Membro

Dep. Jutay Meneses

Membro

Wilson Filho Deputado Estadual